

**“SEXTA DO PÉ-DE-MEIA” E O LUGAR DAS OFICINAS COM FAMÍLIAS NA
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.037-083>

Rafael Soares Cavalcante

Formação: Psicólogo e Mestrando em Psicologia
Instituição de Formação: Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAR
E-mail: rafaelcavalcante269@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3663-3995>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1796751854726253>

Nicole Agnes Nunes de Araújo

Formação: Psicóloga e Mestranda em Psicologia
Instituição de Formação: Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAR
E-mail: agnesnicole.na@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4740-6043>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6300634414572212>

Antonia Liandra da Silva

Formação: Psicóloga e Mestranda em Psicologia
Instituição de Formação: Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAR
E-mail: silvaliandra17@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4733-1117>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1387390240806313>

Hellen Cristina de Oliveira Alves

Formação: Psicóloga e Mestranda em Psicologia
Instituição de Formação: Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAR
E-mail: hellencrisss@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7483-6519>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2552874721338924>

Rafaela Maria da Silva Gomes

Formação: Assistente Social e Residente em Saúde da Família
Instituição de Formação: Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia - ESP/VS
E-mail: rafaelamsgomes@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5559-2332>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6990150563129215>

Sávio Augusto Carvalho Teixeira

Formação: Pedagogo e Graduando em Psicologia
Instituição de Formação: Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAR
E-mail: savioaugustoct@gmail.com; savioteixeira@ufdpar.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0217-1652>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0842994002262789>



Ana Glória França de Moraes

Formação: Graduada em Psicologia
Instituição de Formação: Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU
E-mail: gloria.morais951@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6513-9177>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2738858955503110>

Matheus Lima Serejo

Formação: Graduando em Psicologia
Instituição de Formação: Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU
E-mail: psimatheu@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1234-9279>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8201896208126023>

Maiza Karina Oliveira da Silva

Formação: Graduada em Psicologia
Instituição de Formação: Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU
E-mail: silvamaysah665@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4007-5664>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6760503538539129>

Josikelly Rodrigues Lopes

Formação: Graduada em Psicologia
Instituição de Formação: Faculdade Ieducare - FIED
E-mail: josikelly.rl@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4357-134X>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2511364891191151>

RESUMO

Este artigo analisa o papel das oficinas com famílias realizadas no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) na prevenção de violações de direitos, proteção das famílias e promoção de ações proativas no contexto da Proteção Social Básica (PSB). Por meio da escrivência, abordamos a experiência do projeto "Sexta do Pé-de-Meia", implementado em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), destacando a intersetorialidade entre políticas públicas e a valorização dos saberes comunitários. A pesquisa evidencia como as oficinas podem potencializar a participação ativa das famílias e responder de maneira integrada às especificidades territoriais, ampliando a eficácia das ações de proteção social.

Palavras-chave: Pé-de-meia. Oficinas com famílias. Intersetorialidade. Escrivência. Políticas públicas.



1 INTRODUÇÃO

Historicamente, no Brasil, a Assistência Social era caracterizada por uma abordagem filantrópica e paternalista, sem a regulamentação de políticas públicas formalizadas em leis que atendessem às demandas de indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Essa configuração relegava os cidadãos a uma condição de dependência da boa vontade de terceiros.

Foi somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a Assistência Social passou a ser reconhecida como dever do Estado e direito do cidadão. Posteriormente, em 1993, com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Assistência Social foi consolidada como uma política pública universal de proteção social (Brasil, 1993).

No entanto, foi necessário, ainda, criar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS) (Brasil, 2005) para enfrentar desafios estruturais e operacionais que limitavam a implementação efetiva da Assistência Social no Brasil.

Destes arranjos legais e normativos, destacamos a Proteção Social Básica (PSB), componente central do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em sua função de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, fortalecendo vínculos familiares e comunitários nos territórios vulnerabilizados.

Essa função protetiva exige a articulação de estratégias que, além de promoverem direitos sociais, considerem a diversidade de contextos e as especificidades das demandas locais, bem como as diversas alterações possíveis nas políticas públicas vizinhas à Assistência Social: Políticas de Saúde, Educação, Previdência, Segurança Pública, entre outras.

É nessa esteira que o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) assume um papel central, pois atua, por meio da intersetorialidade, como ponto de convergência entre essas políticas públicas e as realidades vividas pelas famílias em seus territórios com a finalidade de executar a PSB por meio de serviços, projetos, programas e benefícios.

Para cumprir estes objetivos e consolidar a Assistência Social enquanto direito sem que isto se torne filantropia e benesse, o CRAS parte do trabalho social com famílias, viabilizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) para efetivar ações particularizadas, ações comunitárias, orientação, acompanhamento familiar e oficinas com as famílias. Essas ações visam viabilizar o acesso das famílias aos direitos básicos, garantir sua participação social e promover autonomia.

Neste amplo escopo de ações possíveis dentro da Proteção Social Básica, escolhemos especificamente as oficinas com famílias. Estas emergem como instrumentos relevantes para promover a convivência e a participação ativa, contribuindo para a construção de respostas efetivas às necessidades da população. A efetividade dessas oficinas, entretanto, depende de sua capacidade de

incorporar a intersetorialidade entre políticas públicas, reconhecendo que questões sociais complexas raramente podem ser resolvidas por um único setor e dependem, necessariamente, da articulação com as demais políticas públicas.

É isso que nos leva a escrever, no presente texto, uma experiência que condensa esses operadores e circunscreve nosso objetivo: analisar e refletir sobre o papel das oficinas com famílias, realizadas no âmbito do PAIF, na prevenção de situações de violação de direitos, na proteção das famílias e na promoção da proatividade necessária para um trabalho social efetivo no contexto da PSB.

Assim, neste artigo, buscamos discutir de que modo a Proteção Social Básica pode materializar a intersetorialidade entre as políticas públicas e se apropriar dos índices comunicativos gerados pela comunidade para produzir uma ação qualificada, atenta, proativa e protetiva, considerando não apenas as demandas já existentes, mas também aquilo que se produz em curso.

Partiremos, inicialmente, da necessidade de situar qual o lugar dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dentro dos níveis protetivos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e discutir, brevemente, sobre sua função dentro das práticas assistenciais. Cabe, neste primeiro momento, especificar as configurações desta instituição, que assume a responsabilidade exclusiva de execução do PAIF e, portanto, de dar corpo às ações que compõem este serviço.

Em seguida, analisaremos o papel da intersetorialidade entre as políticas públicas e como as oficinas com famílias podem se constituir como uma importante estratégia metodológica e de trabalho no âmbito da comunicação comunitária. Contudo, é fundamental destacar que não adotamos aqui uma perspectiva especializada que parta exclusivamente do que técnicos e trabalhadores do SUAS consideram como temas relevantes. Pelo contrário, nosso objetivo é partir dos índices comunicativos gerados pela própria comunidade, a fim de planejar e implementar ações que dialoguem diretamente com as demandas locais.

Este modo de escutar-experimentar (Viana e Neves, 2021) aquilo que se veicula nos desdobramentos enunciativos das pessoas assistidas nos levou a construir uma oficina com famílias sobre o Programa Pé-de-meia, posteriormente renomeado pela equipe do CRAS como “Sexta do Pé-de-meia”. Instituído pelo decreto nº 11.901/2024, este programa surge como política pública com o intuito de oferecer incentivo financeiro-educacional voltado para ações de permanência de estudantes no ensino médio público e convoca a PSB a se rearranjar em seus modos de trabalho, especialmente no que tange aos encaminhamentos e as informações fornecidas às pessoas assistidas.

Para analisar e refletir sobre esta experiência, utilizamos da metodologia da escritivência, conforme proposto por Conceição Evaristo (2007), com a finalidade de articular uma experiência de trabalho em um CRAS, a subjetividade das pessoas envolvidas na construção dessa experiência e a produção de conhecimento que resulta disso. Os registros de falas coletadas foram organizados e recriados sob a forma de narrativas ficcionalizadas (Costa, 2014), trocando os nomes das pessoas por

nomes de bairros da cidade de Parnaíba-PI.

Incorporar trechos dessas falas é fundamental para demonstrar a potência e a aplicabilidade da escrituragem no contexto estudado. Além disso, a presença das narrativas reforça nosso compromisso ético e político de não apenas falar sobre sujeitos, mas permitir que suas experiências sejam expressas, ainda que em forma ficcional, com suas complexidades e contradições preservadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O CRAS E A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB)

A Proteção Social Básica (PSB), nível protetivo da Política Pública de Assistência Social (PNAS), tem como objetivo prevenir situações de vulnerabilidade e risco por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Desempenha um papel essencial ao garantir acesso a direitos básicos e à convivência comunitária, destacando-se como uma política pública de caráter universal.

Assim, a execução e a materialização da PSB ocorrem por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que divide suas funções em duas principais frentes: a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e a gestão territorial da rede socioassistencial.

A primeira envolve ações como acolhimento individualizado e/ou coletivo, oficinas com famílias, atividades comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos (BRASIL, 2012b). Já a segunda, no âmbito da gestão territorial, abrange a articulação da rede socioassistencial da proteção social básica, a promoção da intersetorialidade e a realização de busca ativa no território (BRASIL, 2009).

Essas duas funções do CRAS são complementares e interdependentes: enquanto a oferta do PAIF viabiliza o encaminhamento dos usuários para os serviços e disponibiliza informações sobre demandas a serem respondidas, a gestão da proteção social básica no território assegura que a ação com a família seja o eixo em torno do qual os serviços locais se organizem e que os encaminhamentos feitos pelo CRAS tenham efetividade e resolutividade (BRASIL, 2009).

Situado o CRAS e suas principais funções, cabe especificar qual diretriz de trabalho baliza as ações do PAIF enquanto serviço. De acordo com as Orientações Técnicas sobre o PAIF, Vol. 2 (Brasil, 2012b), as ações PAIF – acolhida, encaminhamento, ações comunitárias, oficinas – partem do conceito de trabalho social com famílias como operador teórico-metodológico que deverá ser tomado como entendimento comum aos técnicos e gestores no SUAS.

O trabalho social, no âmbito da política de assistência, é entendido como um conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social das pessoas (Brasil, 2012b). É preciso destacar que as Orientações Técnicas, ao discutir sobre o lugar do trabalho social no âmbito do PAIF e construir sua definição, acabam por oscilar entre, de um lado,



apoiar-se na primazia do saber especializado enquanto único saber balizador das ações no SUAS rechaçando saberes do senso comum e, por outro lado, incentivar os técnicos a viabilizarem e valorizarem a participação das famílias na construção das ações.

Isto nos leva aos seguintes questionamentos: como pensar uma ação? De onde ela parte e para qual horizonte aponta? A atuação enquanto profissionais no SUAS – ou em qualquer outro sistema público – exige que estejamos atentos ao que nos concerne, mas também aquilo que nos interpela de outros lugares: mudanças legislativas em outras políticas públicas, dúvidas e questões repetitivas que se vocalizam a partir das pessoas assistidas e, também, o que se cria a partir dos saberes especializados.

Foi dessa forma que tomamos conhecimento sobre o Pé-de-meia. Atuando em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Parnaíba – PI, começam a surgir, de maneira repentina, questionamentos sobre o que emerge como algo novo em outros contextos: Tenho direito? Como recebo? Por que não estou recebendo? O que faço para minha filha ter acesso?

A implementação do Programa Pé-de-meia, em outra política pública, interpela nossa experiência de trabalho em forma de interrogações incessantes. Pessoas que, inclusive, podem tomar o CRAS como ponto de partida ou linha de chegada, seja para procurar orientação e um encaminhamento mais efetivo para a rede socioassistencial e/ou outras instituições intersetoriais ou, ao contrário, ir ao CRAS como última tentativa, após diversas recusas de atendimento e orientações em instituições públicas.

Essas e outras inúmeras perguntas podem ser experimentadas pelos técnicos do SUAS¹, ao menos de dois modos: escutar-experimentar e, com isso, construir algo no território e na instituição; ou, pelo contrário, reproduzindo a lógica do despacho, apenas responder: *não é aqui que se resolve, procure outra instituição!* Apostamos no primeiro caminho e fizemos disso a construção de uma oficina com as famílias, que posteriormente foi nomeada como “Sexta do Pé-de-meia” e implementada de maneira fixa dentro dos processos de trabalho da instituição.

Essa experiência nos leva à reflexão sobre a importância da intersetorialidade entre as políticas públicas e à necessidade de práticas que considerem as especificidades dos territórios e das populações atendidas, promovendo uma ação integrada e contextualizada.

2.2 INTERSETORIALIDADE ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA Pé-de-meia

A intersetorialidade é entendida como a articulação entre diferentes políticas públicas – como

¹ Em municípios de pequeno porte I (até 2500 famílias referenciadas), 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e o outro, obrigatoriamente, psicólogo; 2 técnicos de nível médio. Em municípios de pequeno porte II (até 3500 famílias referenciadas), 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, obrigatoriamente, 1 psicólogo; 3 técnicos de nível médio. Em municípios de médio, grande, metrópole e Distrito Federal (a cada 5.000 famílias referenciadas), 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS Assistente social e Psicólogo, Advogado, Administrador, Antropólogo, Contador, Economista, Economista doméstico, Pedagogo, Sociólogo; 4 técnicos de nível médio.

saúde, educação, assistência social, trabalho e habitação – para oferecer respostas coordenadas às necessidades da população. Esse conceito se baseia na compreensão de que problemas sociais complexos, como a pobreza e a exclusão social, não podem ser solucionados de forma isolada por um único setor ou instituição (Brasil, 2004).

No contexto do SUAS, a intersetorialidade se traduz na colaboração entre serviços de diversas áreas, como saúde, educação, trabalho, segurança e assistência social, para atender às necessidades multifacetadas das famílias e indivíduos. Por meio dessa abordagem, é possível construir soluções mais completas e eficazes, que atendam às múltiplas dimensões da vulnerabilidade social. A intersetorialidade representa, assim, uma abordagem necessária para ampliar a capacidade de ação do Estado e potencializar os impactos das políticas públicas, promovendo uma rede de proteção integrada e responsiva.

No caso do programa Pé-de-meia, a intersetorialidade é materializada na promoção de um trabalho conjunto entre os CRAS e outras políticas públicas do território. As ações do PAIF não se limitam apenas a questões relacionadas à assistência social. Elas incorporam, de maneira interligada, temáticas de saúde, educação, direitos, finanças pessoais e convivência familiar. Isso permite que as demandas das famílias sejam abordadas de maneira integral e que os serviços se complementem de forma eficaz.

Assim, dentro das políticas públicas, mesmo em um curto período temporal, diversas alterações legislativas podem vir a ampliar e/ou mitigar o acesso a determinados direitos, bem como modificar os critérios para o acesso a benefícios. Essas mudanças interferem diretamente nas dinâmicas das famílias afetadas e se desdobram porta adentro das instituições públicas. Dependendo de como forem acolhidos, estes desdobramentos nos dão a possibilidade de tornar viável o que, até então, pode parecer um tanto nebuloso, tanto para as famílias quanto para nós.

Dentre as possibilidades exemplificativas, gostaríamos de destacar a aprovação da Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, regulamentada pelo Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024, que instituiu o incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público. Conhecida popularmente como Pé-de-meia, tal proposta legislativa parte de determinados objetivos: democratizar o acesso dos jovens ao ensino médio e estimular a sua permanência nele; mitigar os efeitos das desigualdades sociais na permanência e na conclusão do ensino médio; reduzir as taxas de abandono e de evasão escolar; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação e estimular a mobilidade social (Brasil, 2024).

Como política pública, o Programa surge no contexto em que dados de instituições como o Observatório de Educação (Instituto Unibanco, 2025) apontam que o abandono e a evasão escolar apresentam recorte de classe, raça e gênero: das 9 milhões de pessoas que não completaram o ensino médio, 58,1% eram homens e 41,9% eram mulheres. Dessas, 71,6% se declararam pretas ou pardas.

Além disso, 41,7% dos jovens entre 14 e 29 anos deixaram de frequentar a escola devido à necessidade de trabalhar para prover o mínimo necessário para si e para suas famílias.

Bem, qual a relação disso com o CRAS? De nossa parte, podemos afirmar, toda. Refazendo nosso percurso teórico, o CRAS executa o trabalho social com famílias por meio do PAIF, utilizando instrumentos como acolhimento, oficinas e encaminhamentos para melhor gerir as necessidades do território de sua responsabilidade. Dessa forma, a implementação de uma política pública de educação dessa magnitude sinaliza para a necessidade dos técnicos do SUAS atuarem de maneira preventiva, protetiva e proativa.

Nesse cenário, o que significaria, portanto, uma atuação fundamentada nas insígnias da prevenção, proteção e proatividade? A ação preventiva tem como objetivo evitar ocorrências que interfiram no exercício dos direitos de cidadania; a atuação protetiva significa concentrar esforços em intervenções que busquem amparar, apoiar e viabilizar o acesso das famílias aos seus direitos; e, por fim, a atuação proativa está relacionada à intervenção frente a situações-problema que dificultam o acesso da população aos seus direitos, mas que ainda não foram identificadas como tais (Brasil, 2012a).

Dessa forma e partindo da intersetorialidade enquanto matriz de atuação, buscamos refletir sobre uma experiência que integra o papel das oficinas com famílias na prevenção de violações de direitos, na proteção das famílias e na ação proativa, que deve nortear um trabalho social eficiente.

Essa intersetorialidade, por sua vez, está diretamente vinculada à interação comunitária. As oficinas do Pé-de-Meia funcionam como um espaço de diálogo e troca de experiências, no qual as necessidades e os saberes da comunidade se tornam elementos importantes para a construção de conhecimento. Por meio dessa interação comunitária, as oficinas se consolidam como um ponto de encontro para a participação ativa das famílias, que deixam de ser meras receptoras das políticas e passam a atuar como protagonistas na construção de propostas alinhadas às suas realidades específicas.

2.3 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E AS OFICINAS COMO ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO

A comunicação comunitária é uma ferramenta poderosa para fomentar a participação social e dar voz às populações atendidas pelas políticas públicas. Segundo Paulo Freire (1987), o diálogo é fundamental para a emancipação, permitindo que os sujeitos se reconheçam como agentes de transformação de suas próprias realidades. No contexto da PSB, os índices comunicativos – sinais, valores e narrativas compartilhados pelas comunidades – constituem insumos valiosos para o planejamento e a implementação de ações alinhadas às reais necessidades locais.

Uma importante estratégia de comunicação comunitária são as oficinas com famílias, que "têm por intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificados no território, contribuindo para o alcance de aquisições [...]" (Brasil,

2012b, p. 24). Nesse sentido, apresentam-se como lugares privilegiados para a construção de espaços de escuta ativa, troca de saberes e fortalecimento de vínculos.

Mais do que atividades pontuais, elas configuram-se como práticas educativas e transformadoras, que promovem a participação ativa dos indivíduos e reforçam o senso de pertencimento comunitário. Ao incorporar os índices comunicativos da comunidade, as oficinas podem qualificar a intervenção da PSB, promovendo ações mais assertivas, proativas e protetivas. Esse processo requer, no entanto, uma abordagem sensível e atenta às dinâmicas locais, bem como a articulação com outros setores e políticas públicas, a fim de garantir respostas integradas e eficazes, conforme discutido anteriormente.

Com o intuito de auxiliar no processo de escolha de temas a serem trabalhados nas oficinas com famílias do PAIF, as Orientações sugerem temas como: direito à transferência de renda; direito à documentação civil básica; direito à cultura, ao esporte e lazer; direitos das crianças e adolescentes; direitos das mulheres; direitos das pessoas idosas; direitos das pessoas com deficiência, entre outros.

Ao conectar práticas comunitárias às políticas públicas, busca-se evidenciar o papel das oficinas como instrumentos que não apenas fortalecem vínculos, mas também promovem reflexões críticas sobre as condições sociais e estimulam o protagonismo dos sujeitos. Além disso, a participação ativa da comunidade na construção dessas ações fortalece o vínculo social e amplifica o impacto das políticas de proteção social, criando uma rede mais coesa e situada conforme as necessidades e os contextos locais.

3 METODOLOGIA

A construção metodológica deste artigo apoia-se na *escrevivência*, conceito desenvolvido por Conceição Evaristo (2007), como prática que articula experiência, subjetividade e produção de conhecimento. Diferentemente de uma abordagem meramente descritiva, a *escrevivência* posiciona a narrativa como um espaço político de resistência, oferecendo uma via para dar voz aos sujeitos envolvidos nas políticas públicas de proteção social básica.

No contexto desse estudo, a *escrevivência* torna-se central para narrar a experiência de implementação das oficinas do projeto Pé-de-meia no CRAS. Essa abordagem metodológica conecta as diretrizes do PAIF às realidades vividas no território, valorizando os índices comunicativos locais e as práticas sociais compartilhadas pela comunidade.

Conforme Evaristo (2009), a *escrevivência* vai além do relato factual, ao propor narrativas nas quais os pesquisadores se implicam, participando ativamente dos processos de subjetivação que emergem das práticas vivenciadas. Essa implicação metodológica permite captar os impactos intersetoriais das oficinas na PSB, utilizando as narrativas das participantes como fio condutor. As vivências compartilhadas durante as oficinas foram recriadas com base nas memórias, diálogos e

reflexões construídas coletivamente, respeitando as identidades, contextos e singularidades das participantes.

O uso da escrevivência nesse estudo não apenas registra as experiências, mas também ressignifica as práticas a partir das dinâmicas e especificidades do território. Como argumenta Barossi (2017), a narrativa literária no campo acadêmico permite expor fissuras e contradições nas políticas públicas, além de revelar estratégias de resistência desenvolvidas pelos sujeitos envolvidos. No caso do Pé-de-meia, a escrevivência oferece uma lente crítica para compreender como as diretrizes do PAIF são transformadas pelas demandas e práticas locais, conectando estas aos objetivos do SUAS.

A coleta de dados foi realizada por meio de observações participantes e registros narrativos durante as oficinas realizadas no CRAS. Nossa escolha metodológica alinha-se às reflexões de Luís Oliveira (2009), que identifica corpo, condição e experiência como elementos centrais da escrevivência. Esses elementos estão presentes nas histórias narradas, nas quais as trajetórias individuais das participantes se entrelaçam com as estruturas sociais que moldam suas vivências no âmbito da PSB.

Os registros coletados foram organizados e recriados sob a forma de narrativas ficcionalizadas, um recurso que, segundo Luis Costa (2014), amplia as possibilidades de análise ao entrelaçar experiências individuais e coletivas. As histórias, resguardadas em sua confidencialidade e adaptadas literariamente, preservam a integridade das participantes ao mesmo tempo em que destacam os impactos das oficinas. A ficcionalização, nesse caso, não compromete a veracidade, mas amplia a potência das narrativas.

Essas falas ficcionalizadas são fundamentais para demonstrar a potência e a aplicabilidade da escrevivência no contexto estudado, reforçando o compromisso ético e político que a metodologia carrega de não apenas falar sobre sujeitos, mas permitir que suas experiências sejam expressas, ainda que em forma ficcional, com suas complexidades e contradições preservadas.

Além disso, a escolha pela escrevivência como abordagem metodológica dialoga com os princípios éticos do SUAS, que propõe uma política pautada na equidade, na participação social e no fortalecimento de vínculos comunitários. Como apontam Henrique Melo e Maria Godoy (2016), a escrevivência configura-se como um ato político e estético, permitindo que a escrita seja tanto uma forma de denúncia quanto uma ferramenta de emancipação.

Ao transformar experiências em narrativas, a escrevivência não apenas registra a implementação das oficinas, mas também oferece uma análise crítica sobre os desafios e potencialidades da atuação intersetorial no âmbito do SUAS. Dessa forma, as histórias narradas tornam-se parte de um processo coletivo de produção de conhecimento, valorizando a subjetividade e contribuindo para uma compreensão ampliada sobre a PSB e seu papel no enfrentamento das desigualdades sociais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao ser implementado enquanto política pública, a pulverização das informações acerca do programa Pé-de-meia nos meios oficiais e não oficiais de comunicação ressoou no nosso cotidiano de trabalho como uma demanda expressa por orientação e dúvidas. Nesse cenário, foi possível perceber que a resolução individualizada de todas as demandas de orientação poderia vir a sobrecarregar o cotidiano de trabalho, sendo necessária a construção complementar de outras estratégias de intervenção.

Apostamos, portanto, conforme apontado anteriormente, nas oficinas com famílias, que têm como escopo possíveis temas relacionados à esfera familiar e à esfera comunitária/territorial (Brasil, 2012b). Entendemos que a proposta da oficina com famílias, ao tomar o Pé-de-meia como tema, intersecciona esses dois recortes.

Ao mesmo tempo, utiliza os índices comunicativos veiculados pela comunidade e pelo território para produzir intervenções qualificadas e eficazes, que contribuem para a construção de uma proteção social que vá além da prevenção, promovendo uma convivência familiar fortalecida e uma cidadania ativa. Além disso, essas oficinas podem proporcionar o compartilhamento de experiências, o desenvolvimento de habilidades de negociação e mobilização, com vistas ao exercício do protagonismo e da autonomia.

No processo de planejamento e operacionalização de oficinas com famílias, as Orientações Técnicas Vol. 2 (Brasil, 2012b) destacam que, para subsidiar sua realização, é importante definir o número de participantes, com um mínimo de 7 e um máximo de 15 pessoas. Recomenda-se que as oficinas sejam integradas pelos responsáveis familiares, com a definição prévia dos profissionais que conduzirão as atividades, e que tenham duração de 60 a 120 minutos, podendo ocorrer em encontro único ou em encontros sucessivos.

Em nossa experiência, reunimos o máximo de informações possíveis sobre os obstáculos e barreiras enfrentados pelas famílias para acessar o Programa Pé-de-meia e sobre formas efetivas de superar esses entraves – sejam eles institucionais, de acesso, de informação, de suporte tecnológico, entre outros. Para divulgar a oficina, utilizamos as redes sociais institucionais e o boca a boca, promovendo o evento que estava programado para acontecer em uma sexta-feira no CRAS, aberto ao público e sem necessidade de inscrição prévia.

Estávamos cientes de que esse formato de abertura irrestrita ao público poderia gerar dificuldades durante a execução da oficina, mas nos dispusemos a mobilizar os recursos necessários para garantir que tudo ocorresse de maneira satisfatória. Na data marcada, recebemos, ao todo, cerca de 15 famílias, compostas majoritariamente por mães e/ou avós, acompanhadas de filhos e/ou netos adolescentes. Esses adolescentes estavam devidamente matriculados no Ensino Médio e enfrentavam dificuldades para acessar ou até mesmo confirmar se haviam se tornado beneficiários do Programa Pé-

de-meia.

O encontro iniciou-se com uma breve apresentação da proposta da oficina, seguida pelo convite para que todas as pessoas presentes se apresentassem. Posteriormente, houve um momento de leitura compartilhada sobre os principais objetivos do Decreto nº 11.901/2024 – que regulamenta a Lei nº 14.818/2024 e institui o Programa Pé-de-meia – e sua finalidade.

Em seguida, cada participante foi convidado a relatar suas dificuldades, com ênfase nos pontos em que a tentativa de acesso ao direito encontrou barreiras que inviabilizaram o sucesso do processo, seja para a família ou para o adolescente.

Transformando esses relatos em narrativas literárias ficcionalizadas, conforme nossos apontamentos metodológicos, destacamos algumas das falas expressas pelas famílias ao longo da oficina. Para preservar a identidade dos participantes, os nomes foram modificados, sendo substituídos por nomes de bairros de Parnaíba-PI: Pindorama, Nossa Senhora de Fátima, Mendonça Clark e Santa Luzia.

Nesse momento do relato sobre as dificuldades enfrentadas, a Sra. Pindorama compartilha que, instantes antes, havia saído de uma instituição bancária em busca de informações sobre como acessar o benefício do Pé-de-meia de sua neta. Ela relata, com tom de descontentamento, que precisou levar a neta junto, o que resultou em uma falta à aula. Apesar do esforço, a situação permaneceu sem solução. Segundo ela, os funcionários do banco informaram: *Não é aqui, você precisa buscar o CRAS.*

A Nossa Senhora de Fátima, por sua vez, destaca sua insatisfação com a falta de informações disponíveis na escola. Ela explica que ninguém sabe orientar de forma clara sobre como acessar o Pé-de-meia. A única resposta que recebe é: *O governo pegou as informações automaticamente e as famílias precisam esperar.*

Essas duas dificuldades já tinham sido vocalizadas no cotidiano da instituição, de modo que previamente pudemos realizar visita institucional na Secretaria Municipal de Educação e, também, em uma escola de Ensino Médio, visando compreender como essas instituições estavam se organizando em relação a essa nova política pública. Pouco ou nada sabiam a respeito, apenas que cada escola precisava aderir ao programa e enviar uma lista de alunos ao Ministério da Educação e desde então não tiveram mais notícias sobre o que fazer e como orientar as famílias.

A Sra. Mendonça Clark, que estava acompanhada de sua filha, comenta brevemente: *Agora eu tô vendo os curumin querendo estudar*, apontando que o incentivo financeiro do programa tem funcionado como um catalisador, motivando adolescentes a retornarem ou permanecerem no ambiente escolar.

Já a Sra. Santa Luzia, presente na oficina para descobrir estratégias de acesso ao programa, expressa um tom crítico ao lembrar: *No meu tempo não tinha isso.* Apesar de reconhecer os benefícios do incentivo, sua fala carrega a marca de comparações geracionais que suscitam reflexões sobre as



mudanças ao longo do tempo.

Além disso, observamos que, embora o programa seja reconhecido como importante no estímulo aos jovens para retornarem à sala de aula, ele não está isento de gerar preocupações relacionadas a outras carências materiais. Uma participante desabafa: *Não tenho celular, meu filho também não, como vou fazer?*

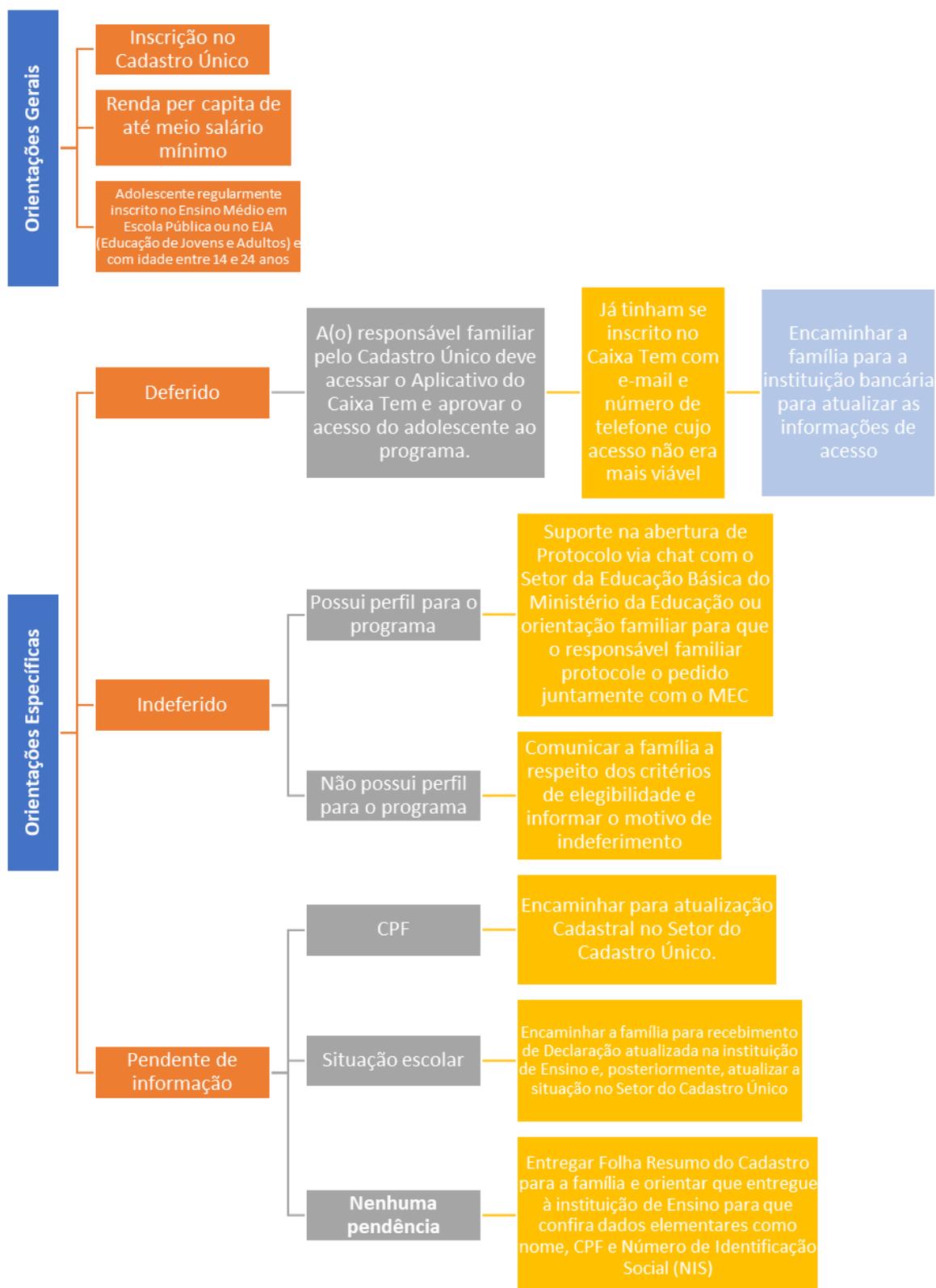
Percebemos, assim, que o Pé-de-meia, ao buscar diminuir as desigualdades sociais por meio da educação, acaba por revelar desigualdades de outra ordem. Ainda que proponha soluções, o programa encontra barreiras em questões estruturais e materiais que permanecem complexas e desafiadoras.

Assim, é importante destacar que, em todo trabalho de grupo, a informação constitui o insumo básico a ser introduzido, com o objetivo de promover mudanças nas representações e práticas, por meio de um processo criativo que estimule reflexão, convivência e ação (Brasil, 2012b). Em contraponto à lógica hegemônica de discursos especializados, que atribuem aos técnicos e trabalhadores sociais o saber a ser transmitido e posicionam as famílias como meros receptáculos, nesta oficina priorizamos a valorização das vozes das famílias.

Elas foram incentivadas a compartilhar não apenas suas dificuldades, mas também as soluções e estratégias utilizadas para superar os obstáculos enfrentados. Ao longo do encontro, foram sendo tecidos pontos de coincidência, divergência, identificação, surpresa, indignação e outros afetos, como citados anteriormente. Enfatizamos que grande parte das soluções encontradas coletivamente partiram, na verdade, do saber comunitário: o caminhar árduo entre as instituições; as negativas de outros setores; as informações cortadas, incompletas e descontínuas; nossas visitas institucionais em instituições de referência da política pública de educação; e os índices comunicativos das famílias, que detinham informações em plataformas diversas, redes sociais, rumores e programas de televisão.

Esse processo de coletivização permitiu levantar as dificuldades enfrentadas, as informações relevantes, as estratégias empregadas e as orientações reaplicáveis. Esses elementos foram organizados de forma sistemática (Fluxograma 1) para facilitar análise e aplicação.

Fluxograma 1



Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2012b), as oficinas podem ter ênfase na reflexão, na convivência e na ação. Ao sistematizar os resultados, destacamos que a oficina construída

com as famílias tornou possível a materialização dos resultados esperados nestas três ênfases, conforme orientação das cartilhas.

Na ênfase da reflexão, estimulou-se o desenvolvimento da capacidade das famílias em sistematizar e refletir sobre a dada questão, a conhecer seus direitos, bem como desenvolver e fortalecer redes de apoio social. Na ênfase da convivência, estimulou-se as habilidades de comunicação, interação, proteção mútua entre os membros das famílias, capacidade de manifestar suas necessidades e desejos e fortalecimento dos grupos no território que possuem objetivos em comum.

Por fim, com a ênfase na ação, demandou-se a adoção de uma atitude investigativa pelos participantes, que possibilite compreender e problematizar obstáculos que impedem ou dificultam o acesso a direitos, procurando desenvolver processos de cooperação e mobilização social.

5 CONCLUSÃO

É tentador, ao refletir sobre o programa Pé-de-meia, limitá-lo a uma iniciativa econômica voltada para o enfrentamento do abandono e da evasão escolar. No entanto, essa perspectiva não se revela suficientemente fecunda. Embora a precariedade de renda e a vulnerabilidade social sejam determinantes fundamentais nos dados estatísticos sobre o abandono e a evasão escolar — desestimulando os jovens a permanecerem na escola —, é essencial ampliar a discussão para outros níveis.

É preciso interseccionar os dados, promover a intersectorialidade das políticas, desterritorializar imaginários limitados, transdisciplinarizar os saberes institucionais e, sobretudo, escutar o conhecimento comunitário para identificar as dinâmicas que permeiam a comunidade. As necessidades básicas da população são múltiplas e, no caso de populações em situação de vulnerabilidade social, vão além da sobrevivência material (Andrade; Romagnoli, 2010). Nesse sentido, a iniciativa, entendida como um incentivo financeiro-educacional, ultrapassa seu propósito inicial. Ao ser instrumentalizada no âmbito da Política de Assistência Social, assume novos contornos, desempenha outras funções e alcança resultados variados.

Por meio das oficinas com famílias e a partir dessa experiência, a instituição consolidou o que posteriormente foi denominado “Sexta do Pé-de-meia”, um projeto fixo, realizado semanalmente, no qual as pessoas têm espaço para expressar dúvidas, compartilhar dificuldades e orientar-se sobre o acesso ao benefício.

Conforme apontam Andrade e Romagnoli (2010), é necessário estimular a capacidade da comunidade de identificar suas próprias demandas e se organizar para criar os dispositivos necessários à melhoria de suas condições de vida. É o saber comunitário que dá forma ao serviço, reinventa as necessidades e impulsiona a dissolução ou reinvenção de práticas, oficinas, ações e intervenções.

Os resultados do programa transcendem os números e se manifestam em dimensões visíveis e



invisíveis do cotidiano das famílias, dos profissionais envolvidos e do papel que a instituição pode desempenhar no território. Entre esses resultados destacam-se: o estímulo à participação e ao protagonismo social; o desenvolvimento de estratégias de autonomia; a superação de barreiras institucionais, sociais, tecnológicas e de informação; e o engajamento do próprio estudante na conquista de seus direitos.

Sua análise evidencia sua potência como instrumento de promoção de cidadania e transformação social, especialmente no contexto das populações em situação de vulnerabilidade. Contudo, sua implementação eficaz exige a superação de lacunas que comprometem a qualidade e o alcance de seus objetivos.

Uma dessas lacunas está no planejamento e na execução das oficinas, que demandam preparo contínuo e cuidadoso. A escolha dos temas, as técnicas utilizadas e a articulação com profissionais qualificados são elementos importantes que requerem suporte institucional sólido. Para que essa ação seja efetiva e de qualidade, a capacitação e a formação continuada de técnicos do SUAS devem ser garantidas pelos gestores de assistência social, com acesso a recursos técnicos e materiais que sustentem esse processo.

Além disso, a consolidação do Pé-de-meia como política pública requer uma base de evidências sólidas sobre seus impactos efetivos. Estudos quantitativos e qualitativos que avaliem os resultados da sua implantação, em diferentes contextos e territórios, são indispensáveis. Pesquisadores e instituições como IBGE e DIEESE podem desempenhar um papel essencial nesse sentido, contribuindo para o aprimoramento contínuo do programa e para a construção de políticas sociais mais integradas e eficazes.

Somente ao preencher essas lacunas será possível assegurar que iniciativas como o Pé-de-meia transcendam sua dimensão imediata, tornando-se práticas sustentáveis e transformadoras, alinhadas às demandas e potencialidades das comunidades que buscam servir. Assim, reforça-se a urgência de políticas públicas que articulem saberes, recursos e ações em direção à equidade e à justiça social.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Laura Freire de; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 30, p. 604-619, 2010.

BAROSSO, Luana. (Po)éticas da escrevivência. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 51, p. 22-40, maio/ago, 2017.

BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de Janeiro de 2024: Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14818.htm. Acesso em: 16 de dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Orientações Técnicas sobre o PAIF – O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Vol. I. Brasília, 2012a.

BRASIL. Orientações Técnicas sobre o PAIF – Trabalho social com famílias do Serviço de Atendimento Integral à Família. Vol. II. Brasília, 2012b.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

CAMACHO, Luisa Cristina de Bastiani. Percepções e expectativas dos jovens ingressantes no Ensino Médio em 2024 em relação ao programa de incentivo financeiro-educacional Pé-de-meia. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Polo de Picada Café, RS, Brasil, EaD.

COSTA, Luis Artur. O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 26, n. spe, p. 551-576, 2014.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p. 48-57.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



INSTITUTO UNIBANCO. Abandono e evasão escolar. Observatório de Educação, 2025. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAvP-6BhDyARIsAJ3uv7ZPgGXZR8a6wQEomiMHUxmNW54VxFLDr8kMXiyJsh79h2jVdfWS5eIaAqjMEALw_wcB. Acesso em: 20 jan. 2025.

MADALOZ, Rogéria Fatima et al. Programa Pé-de-meia: um incentivo financeiro-educacional para a permanência e conclusão no ensino médio público. ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 12856-12869, 2024. Disponível em; <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2055/2514>. Acesso em : 20 de janeiro de 2025.

MELO, Henrique Furtado de; GODOY, Maria Carolina de. Escrivivência e produção de subjetividades: reflexões em torno de “Olhos d’Água”, de Conceição Evaristo. Signótica, v. 28, n. 1, p. 23-42, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. “Escrivivências”: rastros biográficos em Becos da memória, de Conceição Evaristo. Terra roxa e outras terras: Revista de Estudos Literários, v. 17, n. 2, p. 85-94, 2009.

VIANA, Paulo Armando Esteves Martins; NEVES, Cláudia Elizabeth Abbês Baeta. Pergunta-resistência: A que veio o CRAS?. Mnemosine, v. 17, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/download/61865/38850/216311>. Acesso em: 20 de janeiro de 2025.